

2010: OS CEM ANOS DA REVOLTA DOS MARINHEIROS

2010: CIEN AÑOS EM LA MARINA BRASILEÑA

*Agnaldo Kupper**

RESUMO:

A revolta da Chibata, como foi denominada a grande ação de marinheiros brasileiros em 1910, ao completar cem anos em 2010, nos mostra um movimento social que transformou as relações internas da Marinha brasileira. Deixou marcas históricas e exemplos pela busca de dignidade e cidadania.

PALAVRAS CHAVE: luta; marinheiros; chibata; opressão do Estado.

RESUMEN:

La rebelión del chicotazo (“chibata), como fue denominada la gran acción de marineros brasileños em 1910, al completar cien años em el 2010, nos muestra um movimiento social que transformo las relaciones internas em la Marina brasileña. Dejó marcas históricas y ejemplos em la búsqueda de dignidad e ciudadanía.

PALABRAS-CLAVE: lucha; marineros; chicote; opresión estatal.

1. INTRODUÇÃO

Ao final de 1910, quando ocorreu a grande revolta de marinheiros que paralisou a cidade do Rio de Janeiro, não mais que cerca de um milhão de habitantes da sede do governo federal espremia-se por becos e ruelas, mas circulava por ruas largas e arejadas. Isto porque, para dar ares de modernidade à República (ainda ameaçada pela sombra do Império recém destituído), Francisco Pereira Passos, prefeito e arquiteto, aventurou-se à transformação urbana da cidade a partir de meados da primeira década do século XX.

A reurbanização da cidade do Rio de Janeiro fez com que fosse esquecida a típica área urbana colonial do fim do século XIX, temerária da febre amarela, da febre tifóide, da varíola e das agitações sociais que afastavam quaisquer investimentos externos (KUPPER et al. 2001).

O porto do Rio mantinha-se movimentado. Fábricas surgiam, os cafés ficavam repletos. Estampa cartão-postal. Isto porque nos bairros da Gamboa, Bangu, Gávea e São Cristóvão concentravam-se operários, desempregados e subempregados.

Foi neste cenário que a cidade maravilhosa assistiu, atônita, ao movimento de marinheiros liderado por, entre outros, João Cândido Felisberto (1880-1969), um negro alto, esguio e de boa conversa.

João Cândido, gaúcho, era um entre tantos marginalizados que buscavam refúgio na Marinha Brasileira. Uma Marinha poderosa em estrutura, agradecida ao Império que tanto lhe deu, mas que maltratava seus marinheiros com irrisórios soldos, má alimentação e humilhações com castigos corporais. O chicote com lâmina na ponta (chibata) corria solto se algum marujo ameaçasse abandonar o serviço – obrigatório por quinze anos ao recrutado – ou cometesse uma falta qualquer.

* professor de ensino superior e de pós-graduação; autor de livros didáticos e paradidáticos para o Ensino Médio; mestre e doutorando em História

O episódio aqui recuperado completa seus cem anos. Um século de um movimento social que buscou o resgate da cidadania, ainda incompleta para alguns milhões de brasileiros.

REPÚBLICA BRASILEIRA: UMA FARSA?

Os acontecimentos político-militares do dia 15 de novembro de 1889 inauguraram uma nova fase da história brasileira. Os fatores que deflagraram a crise do Segundo Reinado não eram totalmente desconhecidos do venerável e burocrático imperador: o descontentamento da aristocracia rural com a extinção do cativo, o rompimento entre a Igreja e o Estado, a simpatia de setores da oficialidade pelos ideais republicanos, as dificuldades da economia brasileira, extremamente dependente do mercado externo, o atrelamento financeiro do país aos interesses ingleses.

Com o que, possivelmente, o representante da dinastia de Bragança não contava era a forma pela qual se daria sua destituição do poder: um sucinto telegrama de Afonso Celso, presidente do Conselho de Ministros, enviado a Petrópolis, comunicando que a República fora proclamada.

Tardiamente, sob a hegemonia dos grandes fazendeiros, o Brasil entrava para o rol dos países republicanos da América. No dia 16 de novembro, o Diário Oficial anunciava, para surpresa de uma população marcada pela apatia, a formação de um governo provisório, que iria dirigir a Nação até que fosse votada uma nova Constituição, regulamentando o funcionamento das instituições republicanas.

Na realidade, o advento da República representou uma adequação das instituições políticas, jurídicas e administrativas às transformações econômicas e sociais que vinham se processando no país, a partir da abolição do tráfico negreiro. Uma vez mais, os interesses da maioria da população foram relegados, prevalecendo a orientação política ditada pelos grandes cafeicultores, aliados às demais oligarquias regionais.

A presidência do Governo Provisório Republicano do Brasil coube ao marechal Manuel Deodoro da Fonseca, tendo como vice o marechal Floriano Peixoto. Os vários ministérios foram ocupados por representantes dos diversos segmentos sociais que haviam integrado o movimento republicano. Os novos mandatários da nação passaram a governar com decretos-leis, até que uma nova Carta Magna substituísse a obsoleta Constituição Imperial de 1824.

Na época da proclamação da República, cerca de 60% de nossa receita externa provinha da exportação do café, seguido do açúcar, com cerca de 10%, e da borracha com 8%. Outros produtos, como o algodão, couro e peles, fechavam a pauta de produtos brasileiros vendidos no exterior. Assim, enquanto a Europa e os Estados Unidos apresentavam um elevado índice de industrialização, o Brasil permanecia como um país agrário-exportador e comprador de produtos manufaturados.

Para agravar a situação, o ministro Rui Barbosa autorizou emissões de papel-moeda praticadas por bancos particulares, sem lastro ouro (apenas com garantia de títulos da dívida pública). Objetivo: mudar o perfil da economia brasileira, favorecendo a industrialização do país. Resultados: especulação, inflação, crise econômica.

A Constituição de 1891 acabou com a provisoriedade de Deodoro. Mesmo que forçada, Deodoro foi eleito presidente e Floriano seu vice. O governo de Deodoro pouco durou, já que parecia governar o Brasil como se governa um quartel. Sua renúncia provocou a ascensão do vice Floriano, que traiu o artigo 42 da Constituição que recomendava uma nova eleição já que o titular (Deodoro) não completara dois anos de mandato. O então vice e agora presidente traiu a carta constitucional, mantendo-se no poder até 1894. Enfrentou, no entanto, várias manifestações, como a Revolução Federalista do Rio Grande do Sul (1893-1895) e a Revolta da Armada (1893-1894).

108

R
E
V
I
S
T
A

A REVOLTA DA ARMADA

A Revolta da Armada eclodiu em setembro de 1893, no Rio de Janeiro, liderada pelo almirante Custódio José de Melo, cujo sonho de candidatar-se à presidente da República fora frustrado por Floriano, ao não convocar eleições. Além dessa contenda política imediata, concorreu para o movimento rebelde o descontentamento da oficialidade da Marinha que, após a proclamação da República, perdera, em favor do Exército, a situação privilegiada que detinha no Brasil Imperial.

Assim, considerada como uma força militar ligada ao antigo regime, a Marinha era vista com desconfiança por Floriano Peixoto. As hostilidades se desencadearam quando o vice-almirante Eduardo Wandenkolk, presidente do Clube Naval, foi preso em Santa Catarina, sob a acusação de prestar ajuda ao movimento federalista gaúcho.

Em resposta, o almirante Custódio de Melo, que fizera parte do ministério de Floriano, junto com outros oficiais, apoderou-se do couraçado Aquidabã, iniciando a revolta. Ela teria como objetivo “restaurar o império da Constituição”. Durante vários dias os tiros de canhão disparados pelas forças em luta semearam o terror entre a população do Rio de Janeiro.

Para enfrentar a revolta, o presidente decretou o estado de sítio e mobilizou o Exército para defender o litoral do Rio de Janeiro e Niterói. Sob fogo cerrado das baterias, três navios rebeldes deixaram a baía de Guanabara e zarparam para Santa Catarina, onde se juntaram às forças federalistas gaúchas. Na cidade de Desterro, atual Florianópolis, foi instaurado um governo revolucionário. Floriano enfrentava a Marinha em nova frente e foi vitorioso, o que lhe valeu a alcunha de “Marechal de Ferro”.

A REPÚBLICA DOS CAFEICULTORES

Com o conturbado término do governo de Floriano Peixoto chegou ao fim a chamada República de Espada, período em que à frente da nação estiveram dois presidentes militares. Nascia, a partir de 1894, a hegemonia dos plantadores de café, a chamada República Velha ou Primeira República, que perduraria até 1930. Ao longo de mais de três décadas, as instituições republicanas brasileiras se moldaram às coordenadas da política do café-com-leite, uma aliança constituída por São Paulo e Minas Gerais, os dois estados da federação mais poderosos economicamente.

Um dos mecanismos utilizados pelos grandes proprietários rurais paulistas e mineiros para garantir-lhes o controle do poder foi a política dos governadores, cuja essência consistia num acordo entre o governo central e as oligarquias que controlavam o poder em cada um dos estados. Estas se comprometiam a apoiar as decisões do presidente da República, que tinha o respaldo das bancadas de São Paulo e Minas Gerais, e, em reconhecimento, o governo federal se negava a diplomar os parlamentares da oposição eleitos nos diversos estados.

E foi neste cenário de corrupção e abandono aos populares brasileiros que o Brasil conheceu um dos seus movimentos sociais mais importantes: a revolta dos marinheiros de 1910. Não mais um movimento da oficialidade como foi a Revolta da Armada, mas um movimento profundo, que emergiu dos porões das grandes embarcações nacionais.

O PLANEJAMENTO DO MOVIMENTO DOS MARINHEIROS

A 15 de Novembro de 1910 assumiu a presidência da frágil República brasileira o gaúcho Hermes da Fonseca, após disputa acirrada com Rui Barbosa e sua Campanha Civilista, que dividira as lideranças políticas brasileiras, muito menos por Rui, muito mais pela indisposição a Hermes,

sobrinho de Deodoro da Fonseca e pouco representativo dos interesses oligárquicos.

Neste mesmo dia 15, a República comemorou a maioria plena: vinte e um anos! Uma República que não aprendia a ser grande, mantendo-se dominada por uma elite acostumada a desprezar o cidadão e que preservava vícios de costumes: corrupção, acordos de gabinete e vistas grossas à miséria social.

As preocupações políticas e os interesses dos grupos não permitiram que se percebesse estar sendo articulado um movimento que paralisaria o país. Tal movimento estava sendo planejado desde o dia 12 de Setembro de 1910 e seus principais objetivos eram o de extinguir os maus tratos aos marinheiros, tais como má alimentação oferecida, baixos soldos e, em especial, os castigos corporais humilhantes impostos pela chibata. No que tange aos castigos físicos, a 16 de Novembro de 1889, através do Decreto nº 03 do então presidente provisório Deodoro da Fonseca, declarou-se abolido o açoite na Armada.

No entanto, o mesmo Deodoro lançou outro decreto, o de número 328, voltando atrás e permitindo a volta dos castigos a faltosos da Marinha. A preocupação era a de conter a indisciplina, já que a Marinha brasileira tinha em seus quadros recrutados de toda sorte (marginalizados sociais).

A 23 de Outubro de 1910, marujos reuniram-se e chegaram à conclusão de que as articulações para a grande revolta deveriam ser mais discretas em sua organização. Dois dias depois, em mais um encontro, ficou acertado que a 14 de Novembro, após os marinheiros dos navios “Bahia”, “Deodoro”, “São Paulo”, “Minas Gerais”, e outros, ancorados na Baía da Guanabara, sofrerem a revista naval, os marujos intimariam os oficiais a abandonarem as embarcações, obrigando a República a, definitivamente, abolir a chibata e a palmatória e melhorar as condições de trabalho na Marinha do país.

Caso contrário, a cidade do Rio de Janeiro seria bombardeada, assim como os navios que não aderissem ao movimento. Próprio da famosa má sorte de Hermes da Fonseca (conhecido popularmente como “Dudu da Urucubaca”), chovera torrencialmente no dia 14, véspera de sua posse, o que comprometia a insurreição planejada para o dia 15. Os marinheiros transferiram a data para 24 ou 25.

O certo é que seria em novembro. Porém, a punição do marinheiro Marcelino Rodrigues de Menezes (do encouraçado “Minas Gerais”), condenado a duzentas e cinquenta chicotadas após ser repreendido pelo comandante João Batista das Neves, fez com que a data fosse definida: dia 22, a mesma do dia da sessão de tortura imposta a Marcelino.

A partir de um tiro de canhão do “Minas Gerais”, o aviso aos demais navios atracados na Baía da Guanabara. A rebelião começara às 22 horas, após dado o toque de recolher, prometendo só cessar depois de obtidos os resultados esperados. Envolveu dois mil e trezentos marinheiros e estendeu-se até o dia 27 do mesmo novembro.

JOÃO CÂNDIDO

Entre tantos “joões”, ganhou corpo no movimento a liderança de João Cândido Felizberto, nascido em 1880 em Encruzilhada, vilarejo do distrito gaúcho de Rio Pardo. João Cândido ingressara na Marinha de Guerra brasileira aos quinze anos, mais por falta de opção de vida do que por vocação. Tornou-se marujo instrutor em navios-escola, na Escola de Aprendizes de Marinheiros e na Escola Naval (MOREL, 2009).

Cândido não era um semi-analfabeto, como normalmente é afirmado. Escrevia com certa dificuldade pela falta de um dedo indicador decepado em um acidente. Leu jornais diários até o

110

R
E
V
I
S
T
A

fim de seus dias. Em 1904, adquiriu tuberculose. Curado, embarcou para o Acre. De volta ao Rio de Janeiro, foi elevado à condição de marinheiro de primeira classe, passando a fazer parte do navio-escola “Benjamin Constant”, com o qual viajou para a Inglaterra para acompanhar o término da construção do encouraçado “Minas Gerais”, construído nos estaleiros da Armstrong, em New Castle. Em 1910, o “Minas Gerais” fez sua primeira viagem. João Cândido dela participou (KUPPER et al., 2001).

Em 1910, além do “Minas Gerais”, a Marinha brasileira possuía ainda outro encouraçado: o “São Paulo”. Outras vinte e quatro belonaves compunham sua esquadra, colocando o Brasil como a terceira potência naval do mundo em estrutura. Destaque aos cruzadores “Bahia” e “Rio Grande do Sul” e aos contratorpedeiros “Mato Grosso”, “Alagoas”, “Sergipe”, “Rio Grande do Norte”, “Pernambuco”, “Piauí”, “Amazonas” e “Pará”.

A EXPLOSÃO DA REVOLTA

O presidente Hermes da Fonseca aplaudia a ópera Tanhauser, de Wagner, no Clube da Tijuca, quando veio a informação de que explodira uma revolta na Marinha brasileira. Imaginou-se mais uma Revolta da Armada. Era. Não do comando, mas dos marujos. Propósitos distintos.

O presidente dirigiu-se ao palácio do Catete. Enquanto isto, marinheiros combatiam seus oficiais, usando todo tipo de armas. O comandante do “Minas Gerais”, João Batista das Neves, ao regressar ao “Minas Gerais” após jantar no cruzador francês “Duguay Trouin”, lutou e foi morto, juntamente com o 2º Tenente Álvaro Alberto da Mota e Silva. Mortos também o capitão-tenente Maria Lahemeyer e o capitão José Cláudio da Silva. A Marinha brasileira estava de luto.

Ao amanhecer do dia 23, os jornais “O Paiz”, “Correio da Manhã”, “O Jornal” e o “Diário de Notícias” forneciam as primeiras informações, mesmo que desencontradas. Muitos habitantes da cidade buscaram refúgio em municípios como Petrópolis. O comércio, em geral, fechou suas portas, enquanto alguns navios em mãos rebeldes faziam evoluções em círculo. A cidade recém-transformada estava ameaçada, principalmente após o bombardeio insurreto à Fortaleza de Villegagnon e à Ilha Fiscal.

Ainda no dia 23, chegou um relatório da rebelião ao presidente Hermes. Nele, as exigências dos marinheiros: “abolição dos castigos corporais, aumento dos vencimentos e anistia aos rebeldes”, com prazo: “doze horas para o atendimento”.

No dia 24, o encouraçado “Minas Gerais” rodava incessantemente pela Baía da Guanabara, como um fantasma ameaçador. Alguns tiros. As demais belonaves espalhavam-se pelos diversos ancoradouros, na Ilha Fiscal, no cais Pharoux e na Ilha das Cobras (MOREL, 1979).

O presidente Hermes da Fonseca convocou o deputado José Carlos de Carvalho, que seria o intermediário do governo junto aos revoltosos.

Carvalho foi ao encontro dos marinheiros. Encontrou Cândido, que apenas reafirmou os propósitos do movimento.

O presidente, a princípio, negou-se a atender as exigências dos marujos. A partir daí, os debates na Câmara de Deputados e no Senado Federal passaram a ter um único tema, com o senador baiano Rui Barbosa exigindo urgência na solução do impasse. Convencido o presidente e aprovado no Congresso, o projeto com as exigências dos marinheiros atendidas seria sancionado.

No dia 26 de Novembro, às 12 horas, os navios tomados foram devolvidos. Tudo parecia voltar à normalidade na capital federal.

III

R
E
V
I
S
T
A

O DESRESPEITO AO ACORDO

A notícia do término do movimento trouxe alívio a todos os ameaçados. A imprensa da Alemanha relatou os vários momentos da rebelião. O periódico francês ‘Tempos’ considerou “excessivas” as concessões feitas. Outros diários chegaram a comparar o movimento com o levante dos marinheiros russos do encouraçado “Potemkin”, de junho de 1905, não sem uma certa dose de exagero.

A devolução da Marinha a seu comando oficial foi efetivada ao Capitão-de-Mar-e-Guerra João Pereira Leite. No entanto, este só subiu no encouraçado “Minas Gerais” com a lei de anistia aos revoltosos em mãos. A partir daí, todas as embarcações brasileiras voltaram a ter a bandeira nacional hasteada.

Os dias seguintes foram de relativa paz, até que a atmosfera de insegurança voltou a reinar. Enquanto eram celebradas missas em memória aos oficiais abatidos no movimento, o pânico tomou conta dos marujos (KUPPER et al.,2001).

A publicação do decreto presidencial nº 8400 autorizava a baixa, por exclusão, dos marujos rebeldes. No dia 04 de Dezembro de 1910 foram presos vinte e dois marinheiros. A acusação: conspiração contra o governo. A lei de anistia era traída, assim como eram traídos os rebeldes de novembro.

As celas da prisão da Ilha das Cobras ficaram abarrotadas. Cerca de mil e duzentos marinheiros foram expulsos da corporação. Não tardou nova ação dos revoltosos. Na corveta “Rio Grande do Sul” marinheiros agiram, tomando a embarcação. No ato, foi morto o Capitão-Tenente Francisco Xavier Carneiro da Cunha.

A seguir, os marujos passaram a bombardear o Batalhão Naval, enquanto canhões do exército, concentrados no Morro de São Bento, procuravam contragolpear. João Cândido teria condenado a ação dos companheiros do “Rio Grande do Sul”, confiando no presidente Hermes. Este, por sua vez, conseguiu a aprovação de estado de sítio no Senado, trinta e seis votos a favor contra um, justamente o do senador Rui Barbosa. Assim, o governo federal teria maior liberdade de ação.

No dia 10 de Dezembro, Cândido e mais sessenta e nove marinheiros foram presos, acusados de colaboração com os revoltosos do “Rio Grande do Sul” que tentavam libertar companheiros na Ilha das Cobras (SILVA, 1982). Os detidos foram divididos e encaminhados ao Quartel General do Exército e à Casa de Detenção. Logo a seguir, a bordo do cargueiro ‘Satélite’, grande parte dos detidos foi enviada para o Acre (região anexada ao país em 1903). No caminho, muitos foram eliminados.

Os marinheiros que não foram remetidos para o Acre foram transferidos para a Ilha das Cobras, bombardeada alguns dias antes. Neste grupo, João Cândido e mais dezessete participantes da revolta de novembro de 1910 (MOREL, 1979). Estes prisioneiros foram isolados, jogados em uma pequena cela úmida, fria e asfíxiante (alojamento nº 5). Sofreram ali todo tipo de atrocidades. Alguns dias e poucos sobreviveram às condições ofertadas. Escândalo divulgado na imprensa. O médico do Batalhão Naval da Ilha das Cobras negou-se a fornecer os atestados de óbito das vítimas com a expressão “morte natural” (KUPPER et al., 2001).

Um dos sobreviventes foi João Cândido. Encaminhado ao Hospital dos Alienados, localizado na Praia Vermelha em 18 de Abril de 1911, vinha acompanhado de recomendações por se portador de “momentos de delírio e depressão” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1912). Alguns meses e sem explicações lógicas para mantê-lo no local, Cândido foi transferido para a Ilha da Maldição.

A Irmandade da Igreja Nossa Senhora do Rosário contratou os advogados Evaristo de Mo-

rais, Jerônimo de Carvalho e Caio Barros para a defesa de Cândido e de outros marujos revoltosos de 1910 ainda mantidos prisioneiros.

A 02 de junho de 1912, o Conselho de Guerra julgou nove rebeldes. Dos autos do processo consta que cinquenta marujos estavam “desaparecidos, excluídos, inexistentes, extraviados, falecidos por insolação ou fuzilados” e que a revolta posterior ao decreto de anistia assinado pelo presidente Hermes da Fonseca era uma continuidade da que fora comandada por Cândido em 1910 (MOREL, 2009). Cândido foi absolvido por unanimidade por não estar envolvido com os insurretos do “Rio Grande do Sul”.

No entanto, não voltaria à Marinha brasileira. Livre, Cândido Felizberto passou a viver de biscates. Foi carregador, faxineiro e operário em algumas fabriquetas. Em 1928, aos quarenta e dois anos, perdeu sua esposa, que se suicidara. Em 1939, sua filha mais velha teve o mesmo procedimento e destino.

Em 1940 foi entrevistado pelo jornal “O Globo” sobre a revolta de 1910. Aos oitenta anos recebeu a notícia de que o deputado federal Jonas Bainse apresentara um projeto de lei assegurando a ele uma pensão, com direito a retornar à Marinha de Guerra (o projeto, porém, foi engavetado).

Em 1964, poucos dias antes do golpe militar que deporia João Goulart, foi lembrado pela Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, em evento comandado pelo marinheiro de primeira classe José Anselmo dos Santos (o “cabo Anselmo”), contra-revolucionário que procurou radicalizar a crise política do país. Em 06 de dezembro de 1969, após ser internado no Hospital Getúlio Vargas, na Guanabara, Cândido – o chamado “Almirante Negro” – morreu, vítima de câncer, sendo enterrado no cemitério São Francisco Xavier.

CONCLUSÕES

Quando nos chegam notícias de que trabalhadores sem-terra foram massacrados, ou que rebeliões em presídios ou penitenciárias foram reprimidas, ou que trabalhadores sem-teto foram sufocados duramente, ou que ambientalistas foram dispersos com jatos de água, pode vir à nossa mente: “a quem serve o Estado?”.

Existem momentos em nossa história de “cabras” que não podem e não devem ser desprezados. Ao contrário, devem ser valorizados e analisados de forma ampla. Um povo que lutou. Que perdeu. Que perde constantemente. Mas que continua lutando, mesmo sem uma clara visão de luta.

As tentativas de mudanças, mesmo que isoladas, constituem-se em esperança de que as mudanças virão. Foi nisso em que confiou o negro João Cândido e seus companheiros de Marinha em 1910.

A vitória dos marujos ocorreu, embora fique a visão de derrota pelas atrocidades praticadas pelo governo federal à época comandado pelo presidente Hermes da Fonseca. A chibata foi extinta.

Os soldos melhoraram, assim com os tratos aos marinheiros não perseguidos. A rebelião dos marujos pode ser interpretada como luta por cidadania e dignidade, com destaque à liderança de João Cândido. Outra interpretação pode denunciar a quebra de hierarquia, colocando Cândido e outros líderes do movimento (como João Avelino) como marginais.

Nesta última linha, fontes atestam que Cândido teria inicialmente fugido e negado a liderança do movimento, tratando-o como um “interesseiro”.

O fato é que a chamada ‘Revolta da Chibata’ – como ficou conhecida na História brasileira – não pode ser esquecida, não pode perder-se no tempo. Simplesmente por poder estimular

lutas e, talvez, vitórias, às oprimidas minorias.

REFERÊNCIAS

BAUSBAUM, Leôncio. História Sincera da República, de 1889 a 1930. São Paulo: LB, 1962.

GORENGER, Jacob. Combate nas Trevas. São Paulo: Ática, 1987.

KUPPER, A. e CHENSO, P. André. História Crítica do Brasil. São Paulo: FTD, 1999.

MOREL, Edmar. A Revolta da Chibata. Rio de Janeiro: Graal, 1979

_____. A Revolta da Chibata. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

SILVA, M. A. Contra a Chibata: marinheiros brasileiros em 1910. São Paulo: Brasiliense, 1982.